

# Professores, aliados fundamentais para o fim da violência contra a mulher

*Em todo o Brasil, profissionais de educação apostam no audiovisual e na criatividade para conscientizar adolescentes sobre relacionamentos abusivos e suas possíveis consequências. No país, 7% das vítimas de feminicídio têm entre 15 e 19 anos*

[\(El País | 15/01/2021 | Por Mariana Kaipper Ceratti\)](#)

Quando um relacionamento se torna abusivo, como perceber isso e [romper o ciclo de violência](#)? Se a pergunta é desafiadora para adultos e especialistas —tanto em comportamento quanto em segurança pública—, que dirá para quem está recém começando a vida amorosa e tem milhares de dúvidas e anseios.

Saber respondê-la, no entanto, pode significar a diferença entre a vida e a morte —ou entre uma adolescência divertida ou traumática— em um país como o Brasil, onde as jovens estão todos os dias expostas à violência de gênero. [Segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública](#), as mulheres de 15 a 19 anos corresponderam a 7% das vítimas de feminicídio no Brasil em 2019. Além disso, para as mulheres, o auge da vitimização por estupro ocorre aos 13 anos: são 12% das vítimas, segundo a mesma publicação.

[\(Acesse a matéria completa no site de origem\).](#)

---

## Entrevista: Marília Carvalho analisa as desigualdades de

# **gênero e raça na educação**

[\(Portal IDeA | 28/05/2020\)](#)

Marília Carvalho, professora da Faculdade de Educação da USP, pesquisa educação e relações de gênero. Ela conversou com Mauricio Ernica e Viviane Ramos, do Portal IDeA, sobre como as desigualdades educacionais por gênero estão organizadas atualmente e quais devem ser as consequências sobre elas da quarentena necessária ao combate da Covid-19. Esta é uma seleção de trechos da conversa, que pode ser lida na íntegra [neste link](#).

**Portal IDeA: Por todo o mundo, as desigualdades educacionais por gênero assumiram novos padrões nas últimas décadas do século XX. No Brasil, a partir de 1980, as mulheres já eram mais escolarizadas que os homens e tinham maiores níveis de aprendizagem, sobretudo em língua materna. No entanto, outras diferenciações perduram, como as associadas aos aspectos identitários e culturais da educação escolar. Quais são as principais características, hoje, das desigualdades educacionais por gênero?**

**Marília Carvalho:** Hoje, em termos de acesso, há igualdade entre meninos e meninas. As desigualdades começam a aparecer na progressão da escolaridade. Na medida que a escolaridade vai avançando, o percentual de meninas matriculadas é maior que o de meninos. Por consequência, quando se observa o conjunto da população, as mulheres têm, em média, mais anos de estudo do que os homens.

[\*\*\*Acesse a entrevista completa no site de origem.\*\*\*](#)

---

# **Dia da Mulher Negra: conheça oito projetos transformadores de alunas que promoveram reflexões e combateram preconceitos**

*O projeto “Cabelo, autoestima e construção da identidade da menina negra” ajudou meninas de São Paulo a se empoderarem e aceitar a beleza natural dos cachos*

Apesar de corresponder a 54% dos brasileiros, segundo o IBGE, a população negra ainda luta para eliminar desigualdades e discriminações até hoje. No próximo dia 25 de julho é celebrado o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. A data foi criada em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e é considerada um marco na luta das mulheres negras em todo o mundo. No Brasil, o dia foi oficialmente reconhecido em 2014, por meio da Lei nº 12.987/2014 e, desde então, o país celebra o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Tereza foi líder do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, no século 18.

Diante da importância da data, o programa Criativos da Escola, do Instituto Alana, apresenta oito projetos transformadores de estudantes do ensino fundamental ou médio que promoveram reflexões sobre a luta que as mulheres negras enfrentam dia a dia em todos os seus ambientes (escola, trabalho e família), sendo impactadas por um preconceito duplo, de gênero e de raça.

Ao perceberem que muitas jovens negras recorriam ao alisamento de seus cabelos para tentar escapar de comentários racistas, três alunas do Ensino Fundamental da Escola Estadual Profª Leila Mara Avelino, em Sumaré (SP), se mobilizaram para dar um basta à situação. Era o início do projeto “Cabelo, autoestima e construção da identidade da menina negra”, um dos 11

premiados da 4ª edição do Desafio Criativos da Escola.

A iniciativa surgiu com a aplicação de uma pesquisa entre colegas, e os dados levantados entre os 317 estudantes do colégio deixaram as meninas estarecidas: 48% dos alunos afirmaram ter feito piadas sobre o cabelo das colegas, e 30% das alunas declararam ter sido vítima dessas atitudes.

Outro dado que chamou a atenção foi a negação da própria identidade entre os jovens. Apesar de formarem a maior parcela dos estudantes, apenas 18% se declararam pardos e 23% pretos. Paralelamente às pesquisas, as jovens criaram o clube juvenil “Naturalmente Cacheadas”, um espaço de diálogo sobre autoestima, empoderamento e incentivo para que as garotas assumam a beleza natural dos seus cachos.

O projeto fez tanto sucesso que as idealizadoras têm sido convidadas para palestrar em universidades e em seminários nas cidades vizinhas, além de firmarem parcerias com grupos como “Ponto de Cultura e Memória Ibaô” e com a “Pastoral do Negro”. Recentemente, o grupo soube que inspirou uma escola em Campinas (SP) a realizar ações semelhantes. Já a pesquisa, inicialmente um projeto escolar, virou um projeto de iniciação científica, com direito a financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), e foi expandido para outras quatro escolas de Sumaré.

Conheça abaixo outros sete casos protagonizados por crianças e jovens que abordam a valorização da mulher negra na sociedade e que também foram destaque nas premiações do Desafio Criativos da Escola:

[Minas na Ciência](#): alunas de São Miguel das Matas (BA) criaram um aplicativo, jogo da memória e outros materiais para evidenciar o trabalho de mulheres cientistas (inclusive brasileiras e negras). Agora, ocupam diferentes eventos e espaços na cidade disseminando conhecimento.

[Meu cabelo é um ato político](#): alunas negras de Maracanaú (CE) se reúnem mensalmente e promovem ações contra o racismo dentro e fora da escola.

[Lugar de mulher é onde ela quiser](#): estudantes do Rio de Janeiro (RJ) utilizam a arte para educar a comunidade escolar sobre os direitos das mulheres.

[Bonecas Negras, Cadê?](#): estudantes de Serra Preta (BA) produzem e distribuem bonecas negras, elevando autoestima de alunas e fomentando o debate sobre racismo na escola.

[Danças Ancestrais](#): para valorizar cultura quilombola, estudantes de comunidade em Candiba (BA) criam grupo de dança de ritmos africanos.

[Crespianas](#): estudantes de Senador Pompeu (CE) provocam discussão sobre representação negra e questionam estereótipos de beleza.

[Solta esse Black](#): alunas do Rio de Janeiro (RJ) formam um coletivo para empoderar garotas e combater machismo e racismo dentro da escola.

### **Em breve: divulgação dos projetos premiados em 2019!**

A 5ª edição do Desafio Criativos da Escola, em 2019, recebeu 1443 inscrições de todos os estados do Brasil. A divulgação dos sete projetos selecionados será feita até agosto, após um grupo de jurados selecionar as experiências que mais se destacarem pelos seguintes critérios: protagonismo, empatia, criatividade e trabalho em equipe. A novidade desta edição fica por conta da premiação deste ano: uma viagem para Roma, na Itália, onde as crianças e jovens premiados participarão da Conferência Global “Eu Posso”, com a presença do Papa Francisco, de artistas e demais lideranças mundiais, em novembro.

### **Sobre o Instituto Alana**

O [Instituto Alana](#) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que aposta em programas que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Criado em 1994, é mantido pelos rendimentos de um fundo patrimonial desde 2013. Tem como missão “honrar a criança”.

---

# Lute como uma professora. O amor vai vencer o ódio, por Silvana Conti

*Neste 15 de Outubro de 2018, quero expressar minha indignação e profunda preocupação com o rumo do nosso país.*

*O Brasil vive uma encruzilhada histórica que nos coloca um enorme desafio: A democracia ou o fascismo. Livros nas mãos das crianças e adolescentes ou armas. Respeito às diversidades ou violência.*

*[\(Sul 21, 15/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)*

Estes dias que estamos vivendo, valem por anos, e está chegada a hora de cada um e cada uma refletir profundamente qual o projeto de sociedade que defende para seus filhos(as), netas(os), alunas(os), amigos(as), enfim, qual o legado que deixaremos para as futuras gerações?

Neste dia da professora e do professor, quero apontar algumas questões de forma especial:

Qual o projeto de educação que defendemos?

Porque defendemos a educação pública de qualidade?

O atual Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), com suas metas e estratégias estabelece as linhas mestras para a retomada do desenvolvimento educacional do país.

“O PNE foi elaborado com esses compromissos, largamente debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na CONAE 2010, os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional. Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais” (MEC, 2014).

Não foi por acaso que de norte a sul do Brasil travamos uma cruzada com a pauta “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais na maioria dos Estados brasileiros. Os fundamentalistas, conservadores, e que defendem a tradição /família e a propriedade, colocaram em campo seus exércitos, suas igrejas, suas mídias, que em sua maioria orientaram a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais que seria muito “perigoso” trabalhar com as relações de gênero na educação, pois isto poderia “subverter a ordem”.

Na concepção patriarcal, a educação precisa manter as mulheres resignadas, dominadas, dóceis, nos espaços privados, cuidando da família, fora dos espaços públicos e de poder e, por consequência, fora da política. Consideram que trabalhar gênero na educação coloca em risco a sexualidade dos meninos e das meninas.

A retirada do gênero dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação faz parte do golpe e da pauta conservadora em curso, que também se relaciona com a tramitação do Estatuto do nascituro, com o Estatuto da Família que nega o direito a proteção do Estado às famílias LGBT e todas as outras famílias que fogem do padrão patriarcal e heteronormativo.

Negar para crianças e para a juventude o conteúdo das relações de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, nos currículos escolares em todos os níveis e modalidades de ensino é, sem dúvida, amordaçar, silenciar e reproduzir o sistema racista, machista e sexista da sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, cabe destacar que os discursos de ódio proferidos pelos conservadores estimulam a violência contra pessoas LGBT, em especial contra pessoa trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans). Dados revelam que em 2017 foram assassinadas 179 travestis e transexuais, mostrando que a cada 43 horas uma pessoa trans é assassinada no Brasil; houve 59 tentativas de homicídio e 109 casos de violação de direitos humanos. Esta triste realidade indica que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (Rede Trans Brasil e TGEU).

Além disso, os mesmos discursos têm cada vez mais legitimado todos os tipos de violência (física, psicológica, sexual, simbólica e patrimonial) contra as mulheres, sendo que a cada 11 minutos um estupro é cometido, uma mulher é assassinada a cada 2 horas, 503 são vítimas de agressão a cada hora e 5 espancamentos a cada 5 minutos, resultando em um destaque perverso no cenário mundial: o Brasil é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres (dados do Instituto Patrícia Galvão).

Neste cenário grotesco, em que um golpista vira presidente sem voto popular, um estuprador confesso assessora o ministro da Educação, os conservadores colocam na sua agenda perversa o projeto “Escola Sem Partido”, que representa mais uma ação coordenada e orquestrada pela turma que tem ódio de classe. Projeto que quer nos amordaçar, exigindo “neutralidade”, censurando e regulando a atuação dos e das docentes dentro da sala de aula.

O projeto Escola com Mordança significa uma “Caça às bruxas”, ameaçando a liberdade de expressão, e isto significa um retrocesso em relação aos direitos constitucionais e democráticos.

Esta é a mesma turma que defendeu a reforma trabalhista, o fim dos direitos para as empregadas domésticas, fim dos direitos para pessoas deficientes, que consideram que mulher merece ser estuprada e receber menores salários que os homens.

Dentre as maldades impostas pela turma que não quer educação de qualidade para todas e todos, também está a reforma do ensino médio através de Medida Provisória, que desperta grande indignação nacional em professores(as) e alunos(as). Reacionária em seu conteúdo e autoritária na forma, a MP impõe a retirada da obrigatoriedade de disciplinas humanas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, acenando com uma escola que atende apenas às expectativas de formação para o mercado.

Os(as) estudantes reagiram bravamente ocupando mais de mil escolas em todo o país. Mais uma vez, a juventude lidera a resistência e a luta em defesa da democracia, da soberania nacional e do Estado Democrático de Direito.



Defendemos um Programa de educação integral que se comprometa com um Projeto de nação democrático, soberano, igualitário, equânime e justo, que dialogue com o Plano Nacional de Educação, que é a nossa ferramenta política e pedagógica que teve como princípio a participação de quem faz e pensa a educação brasileira. Defendemos a educação pública, laica e de qualidade social, que garanta o acesso e a permanência a todas e todos, independente da sua classe social, origem, religiosidade, raça/etnia, deficiências, orientação sexual, identidade de gênero e toda e qualquer diversidade e especificidade.

Diante desse cenário de regressão em toda a linha de desconstrução do País, temos a convicção de que, no curso da jornada da resistência democrática, é imperativo reunir, agregar, as mais amplas forças políticas e sociais, com base em um programa que aponte saídas e alternativas para o Brasil superar a presente crise.

***Silvana Conti** é professora Aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Vice Presidenta da CTB/RS, licenciada.*

---

## **Escola Sem Partido avança na Câmara; texto proíbe termo ‘gênero’**

*Cartilha a ser afixada em classe de aula estabelecerá ‘deveres do professor’*

**[\(Folha de S.Paulo, 08/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A comissão especial destinada a analisar o projeto de lei conhecido como [Escola Sem Partido](#), capitaneada pela bancada evangélica, apresentou nesta terça-feira (8) relatório favorável à proposta.

Após leitura do parecer, abre-se prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas. Depois, a matéria segue para discussão e votação na comissão.

O texto, assinado pelo deputado Flavinho (PSC-SP), proíbe o uso da palavra “gênero” e da expressão “orientação sexual” em sala de aula, mesmo em disciplinas “complementares ou facultativas”.

“A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’”, diz o parecer.

Em seu voto, o relator criticou aqueles que afirmam pregarem a “ideologia de gênero”: “A maioria esmagadora tanto de intelectuais quanto da população em geral acredita que homem é homem e mulher é mulher”, disse.

De acordo com ele, não há precedente que prove que “uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo”. “O que sabemos por experiência concreta é que uma cultura heteronormativa foi imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da civilização ocidental.”

Além da questão de gênero, a proposta prega a neutralidade do professor em sala de aula. Pelo texto apresentado, o professor “não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas”.

Ela prevê ainda que o professor deve respeitar “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”, tendo “os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

O substitutivo, que foi apresentado em sessão composta apenas por membros da bancada evangélica, prevê ainda que sejam afixados cartazes em salas de aulas com os “deveres do professor”, em local que “possam ser lidos por estudantes e professores”.

A lei deve se aplicar, diz o texto, a livros didáticos, avaliações de ingresso no ensino superior, provas de concurso para docente e instituições de ensino superior.

Polêmica, a proposta é alvo de protestos. De acordo com seus críticos, ela cerceia o direito dos professores de livre cátedra. Em 2016, a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou contra a inclusão do projeto na base nacional curricular, afirmando que a proposta é inconstitucional.

Segundo o presidente da comissão, Marcos Rogério (DEM-RO), a proposta apenas possibilita “acesso à informação”. “Não há nenhuma novidade, tudo que está ali já é previsto pela Constituição”, afirma ele. Ele diz que há a pressão para proposta que preveja punição dos professores, mas que essa medida deve ser analisada posteriormente, caso o texto atual não “tenha efeito”.

A previsão é de que a votação do projeto se dê no final de maio, mas a apreciação da proposta deve se alongar por diversas sessões, uma vez que devem ser apresentados votos em separado e que o projeto deverá ser objeto de debate acalorado.

---

## **ESCOLA SEM PARTIDO**

Projeto prevê que cartaz com ‘deveres do professor’ seja afixado em salas de aula; dimensão deve ser de 70x50cm

*1 - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária;*

*2 - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas;*

*3 - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;*

*4 - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor*

*apresentará aos alunos, de forma justa —isto é, com a mesma profundidade e seriedade—, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;*

*5 - O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;*

*6 - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.*

*Angela Boldrini*

---

## **Projeto inclui debate sobre violência contra crianças, adolescentes e mulheres nas escolas**

*Se aprovado, prevenção de todas as formas de violência pode fazer parte de diferentes disciplinas escolares*

**[\(Rádio Câmara, 07/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Dois segundos. Esse é o tempo estimado até que uma mulher seja vítima de violência física ou verbal no Brasil, segundo dados de 2017, divulgados pelo Instituto Maria da Penha. Dificuldades para denunciar esses casos também foram destaque em uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça.

Com o objetivo de ampliar a discussão do assunto nas escolas, a Comissão de Educação da Câmara aprovou uma proposta (PL 2805/2015) que inclui a prevenção da violência contra a criança, o adolescente, e a mulher em diferentes momentos das disciplinas da educação básica. O texto propõe que

o assunto esteja no currículo escolar entre os temas transversais. Dessa forma, conteúdos relacionados à prevenção de todas as formas de violência deverão estar inseridos em diferentes disciplinas e ao longo de todo o ano escolar.

O projeto é da deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. A deputada defende a escola como o principal espaço de conscientização do cidadão.

“Levar essa discussão da violência contra as mulheres – que é o processo de desumanização, processo de tortura, onde as mulheres são arrancadas delas mesmas. Que país é esse onde tem milhões de mulheres que tem medo de voltar para casa? (...) portanto a violência doméstica alimenta a desumanização simbólica, faz com que nós tenhamos uma sociedade que assassina mais de 60 mil pessoas todos os anos. Nós estamos defendendo a cidadania e nós estamos defendendo a dignidade humana que é para além da própria cidadania”.

A Lei Maria da Penha já prevê que o combate à violência esteja presente nos currículos escolares de todos os níveis de ensino. Mas o projeto pode reforçar o tema, segundo a Juíza Fabriziane Zapata, coordenadora do Centro Judiciário da Mulher do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Mas segundo a magistrada, é importante que o assunto não esteja restrito a uma data específica.

“Toda vez que aparece uma nova Lei a gente chama atenção para aquele tema e a gente vai ter estabelecido da Lei de bases da educação que é uma Lei que os profissionais da educação estão mais familiarizados com elas: vai estar ali descrito que eles terão que trabalhar conteúdos transversais a respeito da violência contra a mulher. Então não é uma questão que é para tratar no dia 8 de março, ou na semana da mulher ou no mês de agosto. É uma questão que é para tratar todos os dias”.

Fabriziane Zapata também ressalta que o trabalho na educação infantil é essencial. O Tribunal, em parceria com outros órgãos, realiza atividades em escolas do DF para ajudar os profissionais de educação a identificar e como proceder nos casos de violência.

“Quando nós vamos as escolas e falamos com os alunos, quando o conteúdo já foi previamente trabalhado eles se mostram muito mais abertos, interessados, participativos, então não é uma palestra de um juiz que vai mudar é ao longo do tempo o conteúdo ser trabalhado”.

O texto aprovado na Comissão de Educação reuniu também proposta que inclui no currículo escolar a conscientização e prevenção contra a violência nas relações familiares, do deputado Ezequiel Teixeira, do Podemos do Rio de Janeiro. Os projetos ainda serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovados, poderão seguir para o Senado sem precisar passar pelo Plenário da Câmara.

*Leilane Gama*

---

## **Macron aponta igualdade entre mulheres e homens como o “grande objetivo” do seu mandato**

*Presidente francês prevê, entre outras medidas, educar desde a infância e reforçar o arsenal repressivo*

**[\(El País, 26/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Com toda a solenidade e pompa dos discursos presidenciais mais decisivos, Emmanuel Macron fixou no sábado a igualdade entre mulheres e homens e a luta contra o abuso sexual, como o “grande objetivo” do seu mandato de cinco anos.

Diante de 200 representantes da sociedade civil e da classe política no

Palácio do Eliseu, Macron lançou uma “batalha cultural” para mudar mentalidades e comportamentos em uma sociedade, disse, “doente pelo sexismo”. As medidas, algumas das quais devem ser traduzidas em leis, combinam ações no sistema educativo desde a infância, com um reforço do arsenal repressivo contra o assédio.

“Em um ano aconteceu algo que representa uma enorme liberação da palavra”, disse Macron, que em maio ganhou a eleição com a promessa de tornar a igualdade uma prioridade. Estava se referindo à avalanche de denúncias públicas de assédio contra figuras públicas, especialmente nos Estados Unidos. O presidente e os participantes do discurso, pronunciado por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, observaram um minuto de silêncio pelas 123 mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros na França em 2016 (44 em Espanha).

“É essencial que a vergonha mude de lado”, disse Macron, “que os criminosos da vida cotidiana que assediam, difamam, tocam, agridem, nunca mais sejam perdoados, mas identificados, vilipendiados, levados à justiça, condenados com toda a firmeza necessária, sem complacência, sem desculpas porque está em jogo nosso pacto republicano e a França não deve voltar a ser um país no qual as mulheres tenham medo”.

As medidas de Macron incluem, além de um aumento do orçamento para combater as desigualdades, a educação desde o berçário. Trata-se de questionar, desde a infância, “as representações da relação entre homens e mulheres que exacerbem a relação de domínio”. “Não para negar a diferença entre os sexos e querer confundir tudo”, disse ele, mas para “lembrar, lutar e inculcar uma igualdade absoluta e inegociável entre os sexos”. O presidente francês propõe regulamentar o acesso a videogames com conteúdo misógino e a pornografia na Internet, assim como métodos para enfrentar o assédio nas redes sociais.

O plano Macron prevê a criação de unidades especializadas nos hospitais e nas delegacias de polícia para facilitar a rápida coleta de provas. Outra medida é a criação do crime de ultraje sexista por assédio na rua que poderia ser punido imediatamente com uma multa dissuasiva. A medida será

acompanhada por uma generalização das câmeras no transporte público.

A idade mínima de consentimento sexual deve ser estabelecida em 15 anos, de acordo com Macron, para acabar com a ambiguidade da legislação vigente. E a prescrição dos crimes sexuais contra menores passará, se o Parlamento aprovar o plano do presidente, de 20 para 30 anos.

Macron lembrou que o problema não será resolvido apenas com a lei, e apontou o perigo de um ambiente de suspeita e delação. “O que mantém a unidade da República é a civilidade”, afirmou, que “cidadãos e cidadãs [possam] se olhar, estar juntos, construir juntos”. “Não quero viremos uma sociedade em que cada relacionamento entre um homem e uma mulher se transforme em suspeita de domínio. Não estamos em uma sociedade puritana”.

*Marc Bessets*

---

## **‘Sinto saudade de ser criança’: em uma década, gravidez de meninas de 10 a 14 anos não diminui no Brasil**

Aos 13 anos de idade, Maria entendia pouco sobre seu próprio corpo. Demorou quatro meses para descobrir que esperava um filho - fruto da primeira relação sexual que teve na vida, com um homem de 21 anos. Até receber a notícia da gravidez, Maria não sabia como ocorre uma gestação - jamais tinha recebido qualquer orientação em casa ou na escola. Tampouco sabia que a lei brasileira configura situações como a dela como estupro de vulnerável.



[\(BBC Brasil, 24/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

No posto de saúde de Autazes (AM), município a quatro horas de distância de lancha e carro de Manaus, Maria recebeu um único atendimento psicológico. O objetivo do profissional, conta ela, foi explicar o que era ser mãe.



Maria, que engravidou aos 13 anos: ‘Quando entendi que estava grávida, senti muito nervosismo. Pensei: não vou ser mais criança, agora eu vou cuidar de outra criança’ (Foto: BBC Brasil)

“Quando entendi que estava grávida, senti muito nervosismo. Pensei: não vou ser mais criança, agora eu vou cuidar de outra criança”, lembra ela, com a fala tímida, enquanto o filho, hoje com três anos, circula pela casa simples onde moram.

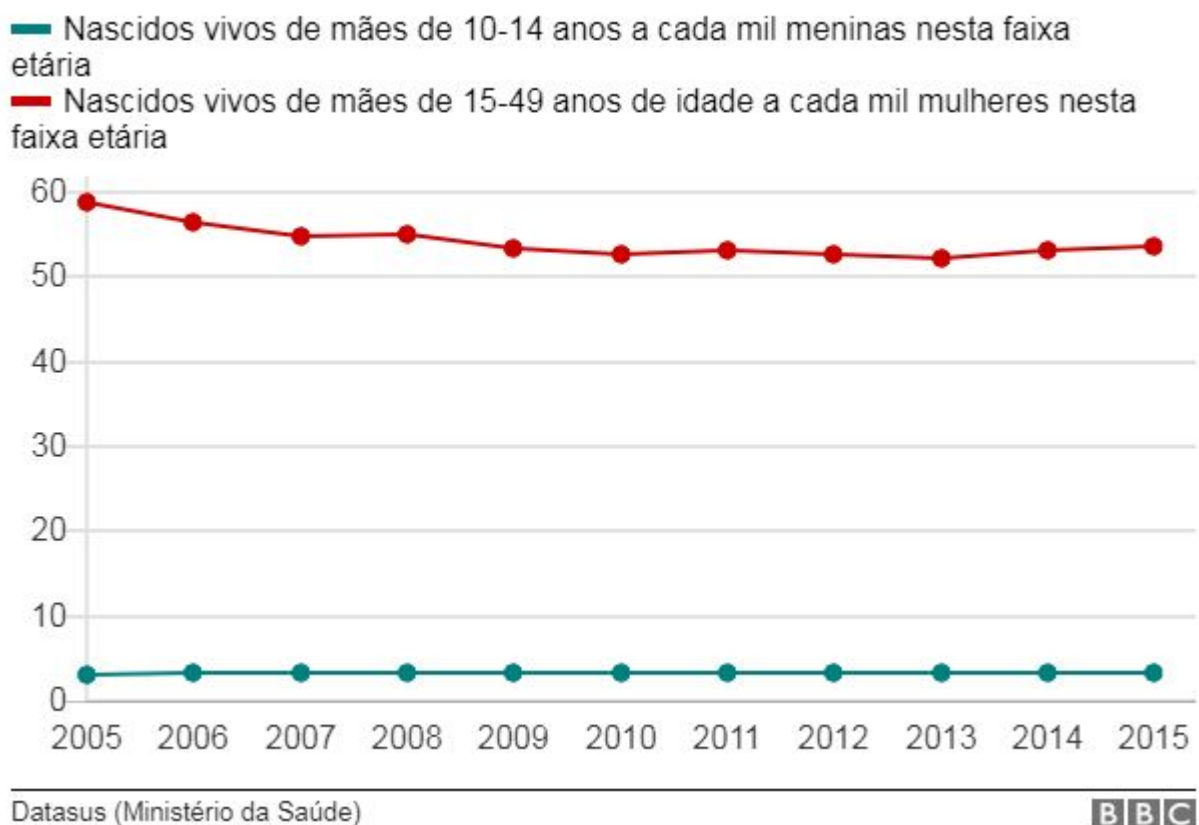
Maria e a criança são sustentadas pelos minguados rendimentos que a mãe dela recebe com bicos em serviços domésticos e o Bolsa Família. Sua condição não é exceção na cidade de Autazes onde, segundo o IBGE, quase metade dos domicílios tem renda total de no máximo um salário mínimo. Maria teve que deixar a escola - perguntada sobre o que gostaria de fazer no futuro, respondeu que não sabe.

Sente saudade de ser criança? “Sinto. Eu jogava bola na rua, bola de gude”.

E agora? “Não.... Fico em casa e vou à igreja”, diz, enquanto revê na televisão o filme *Esqueceram de Mim 3*.

Aos 15 anos, dois anos após o ter o primeiro filho, ela sofreu um aborto, e agora, aos 16, acaba de dar à luz uma menina, que mama em seus braços. Depois do último parto, quis fazer uma laqueadura, mas o procedimento não é permitido para mulheres tão jovens.

Hoje, cria os filhos sozinha. O pai da primeira criança morreu assassinado. O da recém-nascida, de 23 anos, mora em uma comunidade afastada do centro de Autazes e só soube que seria pai quando a gravidez estava no sexto mês. Os dois já não estão juntos - Maria diz que ele ajuda a comprar fraldas ou talco, mas não costuma cuidar da filha. “O que pedir, ele dá, mas tem medo de pegar porque ela é muito pequenininha”.



Maria - cujo nome verdadeiro foi preservado para não expô-la, assim como o das demais entrevistadas - é uma das quase 305 mil brasileiras de 10 a 14 anos que tiveram filhos entre 2005 e 2015, segundo o Datasus (banco de dados do Ministério da Saúde), que reúne os registros de maternidades e cartórios.

Os números mostram que a gravidez entre meninas dessa idade ocorre em todo o país, principalmente nas áreas mais pobres, alcançando os piores índices na região Norte. O mais grave é que a taxa de fecundidade entre garotas nessa faixa etária não tem caído, ao contrário da tendência geral do país, em que se observa queda nos nascimentos tanto entre adolescentes (mulheres de 15 a 19 anos), quanto entre adultas (a partir de 20 anos).

Com a ajuda da demógrafa Suzana Cavenaghi, a BBC Brasil calculou que o número de nascidos vivos a cada mil mulheres entre 15 e 49 anos caiu de 58,9 bebês em 2005 para 53,6 em 2015. Enquanto isso, a taxa para meninas entre 10 e 14 anos ficou em 3,2 bebês nos mesmos anos.

Não há um banco de dados que permita ampla comparação internacional para gravidez entre meninas dessa idade. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a gestação nesse grupo etário é bem mais baixa e está em contínua queda: segundo o relatório mais recente do Departamento de Saúde americano, a taxa de nascimentos por mil garotas de 10 a 14 anos caiu de 0,6 em 2007 para 0,2 em 2015. Em 1991, era de 1,4.

### **Retrocesso na educação sexual**

Ouvidos pela BBC Brasil, especialistas das áreas de saúde, educação e direito que acompanham o tema apontam para diversos fatores que podem explicar a persistência desse quadro, com destaque para a falta de orientação sexual em casa e nas escolas.



Grávida aos 14 anos em uma comunidade pobre amazonense, Lúcia sofreu represálias na escola e na igreja (Foto: BBC Brasil)

Segundo a Unesco, o ensino sobre os temas sexualidade e prevenção à gravidez sofreu enorme retrocesso no Brasil desde 2011, quando a polêmica envolvendo o material educativo *Escola sem Homofobia* (que ficou tachado de “kit gay”) acabou levando ao recolhimento de todo o suporte didático para educação sexual, que era distribuído desde 2003 para crianças a partir dos 12 anos, no âmbito do Programa Saúde na Escola.

“Hoje, nessa faixa etária de 10 a 14, nada tem sido feito no campo das políticas públicas de educação e sexualidade. Não existe uma diretriz nacional. Isso acaba virando um tabu e, como consequência, temos as crianças engravidando”, critica Rebeca Otero, coordenadora de Educação da Unesco no Brasil.

Para o órgão da ONU, a educação sobre sexualidade e gênero deve começar desde os cinco anos, para meninas e meninos. Isso nunca foi implementado no Brasil, diz Otero.

“A orientação da Unesco é que os assuntos sejam adaptados a cada faixa etária: o conhecimento do corpo, por que sente o desejo, o que é abuso sexual. Tendo essa informação, a criança vai saber como se proteger de uma gravidez, como postergar sua vida sexual, caso queira”.

Sem orientação, as meninas de menor renda são as mais vulneráveis, nota Maria Helena Vilela, diretora do Instituto Kaplan, especializado em sexualidade.

“Muitas vezes, nas casas mais pobres, a família inteira é obrigada a viver num mesmo ambiente. Então, pais fazem sexo e elas não só assistem, como passa a ser algo muito natural ainda cedo”, observa.

“E hoje há também muito mais mães e pais separados, em busca de novos parceiros. Essas meninas convivem em ambiente muito mais sensualizado do que antigamente, também pela mídia, músicas, televisão, internet. Mas, ao mesmo tempo em que vivem num mundo social com muita liberdade, há um despreparo da escola, da família, para encarar que elas já podem ser sexualmente ativas. Elas ficam vulneráveis pela ignorância”, afirma.



Especialistas acreditam que violência sexual e tolerância com relações supostamente consentidas entre adultos e menores de idade estão por trás da maioria dos casos de gravidez na pré-adolescência (Foto: BBC Brasil)

### **‘Já vai abrindo as pernas’**

E se a escola e a sociedade não educam para evitar a gravidez, em geral também não estão preparadas para acolher as meninas gestantes, ressalta

Otero.

Grávida aos 14 anos de um namorado de 19 em uma comunidade pobre de Autazes, Lúcia sofreu represálias na escola e na igreja evangélica. “Já vai abrindo as pernas, depois fica sem condição”, disse ter ouvido de um professor.

Ela não queria um filho, mas, religiosa, nem cogitou o aborto. “Sabia que era uma vida, não podia matar.”

A filha nasceu há um mês e agora ela só pode ir à igreja se ficar isolada. Foi excluída do grupo de jovens, em que participava do coral, sua principal distração. O pastor quer que ela case com o pai da criança “para voltar à comunhão e participar do grupo de senhoras”.

“Eu não sou senhora. Tenho que ter responsabilidade por causa dela, mas não tenho que ser senhora. Me senti abandonada, senti revolta”, contou.

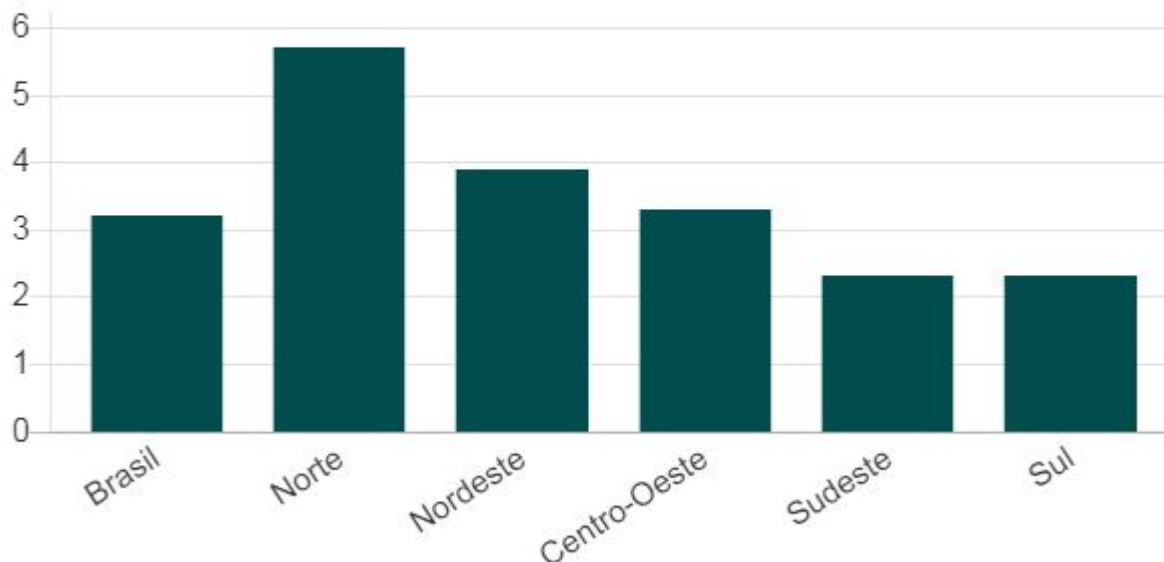
Lúcia sente saudade do seu corpo. Os seios ficaram bem maiores, a barriga ganhou estrias. Está traumatizada com a gravidez e diz que não quer mais ter filhos. O processo de parto foi difícil, com duas hemorragias, e acabou em cesárea. “Achei que tinha morrido. Minha vista escureceu, perdi o movimento do corpo. Dor de parto vai quebrando tudo dentro da gente”, relembra.

Lúcia decidiu ter uma segunda chance na vida: vai se mudar no próximo ano para Presidente Figueiredo, outra cidade do Amazonas, onde terá o suporte de uma tia. A filha vai ficar com a mãe de Lúcia em Autazes - ela, que também teve o primeiro filho aos 14 e foi obrigada ao matrimônio, apoia a decisão da menina.

## ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS COM FILHOS

Quanto mais ao norte do país, mais grave é o problema

■ Nascidos vivos de mães com 10-14 anos a cada mil meninas nesta faixa etária, em 2015



Fonte: Datasus (Ministério da Saúde)

BBC

“Casamento cedo tira a liberdade. Eu vou sentir saudades da minha filha, mas lá a escola é melhor. Quero ser arquiteta, pegar ela quando eu tiver faculdade e condição de criar”, planeja Lúcia.

### Abusos por trás da gravidez

Especialistas no tema acreditam também que a violência sexual e a tolerância com relações supostamente consentidas entre adultos e menores de idade estão por trás da maioria dos casos de gravidez na pré-adolescência.

“Nem todos os casos nessa faixa são resultado de estupro, mas o que vemos muitas vezes são meninas que sofrem abusos sexuais durante a infância e isso acaba estimulando sua sexualidade, levando essas meninas a namorarem mais cedo, o que acaba desembocando nessa gravidez”, afirma Ana Carolina Araújo, conselheira tutelar em Ceilândia, cidade satélite de Brasília.

A polícia do Distrito Federal registrou 832 estupros de vulneráveis (menores de 14 anos) em 2016, mas Araújo acredita que a maioria dos casos não chega a ser denunciada. Essa é a mesma impressão da delegada Juliana Tuma,

titular da única Delegacia Especializada em Proteção a Criança e ao Adolescente de Manaus. Ela diz que chegam para ser investigados por dia, em média, de seis a sete suspeitas de estupros de vulneráveis.

No Amazonas, a quantidade de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos cresceu 40% desde 2005 (maior alta entre os Estados), chegando a 1.432 em 2015.

Para o promotor de Autazes, Cláudio Sampaio, que já atuou também em outras cidades do Estado, a redução do problema virá “somente com projetos sociais, um debate maior da própria sociedade, que seja incentivado por órgãos públicos ou por igrejas, pra poder fortalecer o respeito à sexualidade da mulher e o respeito à criança”.

“Aqui no Norte, vejo uma cultura, digo no sentido de hábitos que estão enraizados na sociedade, de aceitação das relações sexuais entre crianças e adultos. Isso é considerado normal, infelizmente, e acontece até no próprio núcleo familiar, com padrastos, com irmãos, com tios”, afirma.

Mas essa solução proposta pelo promotor esbarra em outro problema que ele próprio identifica: a “ausência do poder público” em uma região distante do restante do país, de grande extensão e com enormes desafios logísticos devido à floresta.

Ele ressalta a necessidade de maior presença do governo federal, já que é comum autoridades locais estarem envolvidas em abusos. O caso mais famoso é o de Coari, cujo ex-prefeito Adail Pinheiro chegou a ser condenado a 11 anos e 10 meses de prisão por exploração sexual infantil, mas esse ano recebeu indulto (perdão) da pena e foi solto.

“O governo federal precisa cuidar das pessoas daqui, e isso não é propriamente dar dinheiro, dar um Bolsa Floresta. É preciso que o poder público venha e capacite as pessoas, para que possam desempenhar profissões, para que entendam a necessidade de respeito às mulheres”, cobra.

As três garotas com quem a BBC Brasil conversou no Amazonas relataram ter sofrido algum tipo de abuso sexual durante suas vidas, casos que seguem



sem punição. Maria foi estuprada por um comerciante ao 13, quando já estava grávida. Lúcia teve a coxa acariciada por um funcionário do posto de saúde aos 12 - ele depois estuprou a irmã dela, que tinha 14.

Em Manaus, Joana, hoje com 17 anos e mãe de dois filhos, contou que sofreu seu primeiro abuso aos 5. O estupro foi um vizinho, que pagou R\$ 50 a sua mãe, viciada em drogas. Com muito sangramento, foi parar num hospital. “Meu útero saiu do lugar, até hoje sinto dores por isso”. Nada aconteceu com ele, que a abusou novamente cinco anos depois, dessa vez por R\$ 100.

Joana saiu de casa para um abrigo depois de se cortar “todinha com uma gilete”. Passou por vários. “Depois do meu segundo estupro, com 11 anos comecei a ser putinha”, conta. Sua primeira gravidez, aos 13 anos, foi interrompida com quatro comprimidos de um remédio abortivo. Na segunda, aos 14, decidiu ter o filho. O pai era seu namorado, então com 21 anos, homem que a explorava sexualmente e a induzia a se drogar junto com sua mãe.



Nascimento do primeiro filho deu a Joana chance de ser atendida por serviço de apoio a vítimas de violência sexual (Foto: BBC Brasil)

“Passei duas semanas pensando com Deus se abortava. Pensei: vai atrapalhar minha vida, vai acabar minha vida de puta.”

A gravidez na pré-adolescência em geral traz efeitos negativos para as meninas e seus bebês: estudos mostram maior incidência de evasão escolar, de depressão pós-parto e de nascimentos prematuros e com baixo peso. Entre elas, o acompanhamento pré-natal e a amamentação costumam durar menos tempo do que entre as mães adultas. São consequências da pouca maturidade e das condições sociais precárias dessas meninas.

No caso de Joana, a gravidez acabou tendo impacto positivo. O acompanhamento pré-natal a levou ao Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual de Manaus, onde recebeu apoio psicológico e conseguiu interromper a venda do seu corpo e, gradualmente, o uso de drogas.

Hoje ela está casada e tem uma boa relação com o pai de sua segunda filha, de sete meses. Ele tem 21 anos e trabalha com manutenção de ar-condicionado - item onipresente na fervente Manaus.

“Depois que meus filhos nasceram, veio um amor muito grande. Eu quis deixar a vida velha pra lá. Mas às vezes eu choro, quando meus filhos estão dormindo. Fica um reflexo (lembrança) na minha cabeça. Eu fico lendo a Bíblia, fico lendo, fico lendo, e só assim eu acalmo. Se eu for começar a pensar, eu fico doida”, diz ela, que é evangélica.

“Eu tenho muito sonho de que mato ele (o abusador, que segue morando no bairro da infância de Joana). Eu quero matar ele, mas se eu for pra cadeia, o que vai ser dos meus filhos? Eu penso muito nisso.”

A BBC Brasil questionou os ministérios da Educação e Saúde sobre as críticas quanto à falta de políticas públicas para enfrentar a gravidez de garotas e saber o que o governo pretende fazer para enfrentar o problema. A pasta da Educação não se manifestou. Já a pasta da Saúde se limitou a comentar as causas do problema e minimizar sua gravidade, destacando que os nascimentos nesse grupo representam 0,9% do total de nascidos vivos no país.

“A leve tendência de aumento, (da gravidez) na faixa de 10 a 14 anos, pode estar associada a vários fatores tais como violência sexual, aspectos culturais, iniquidades, falta de oportunidades, dentre outros; além disso, esse

é um percentual muito pequeno, quando considerada todas as faixas etárias”, respondeu o ministério.

*Mariana Schreiber*

---

## **No Dia Laranja, ONU Mulheres destaca temática de educação e mapeia experiências de prevenção à violência nas escolas do RS**

*“Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra as mulheres e as meninas” é o tema global da campanha UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres, em apoio à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável dos Estados-Membros da ONU, em que a educação corresponde ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.4 Educação com Qualidade. No Brasil, ONU Mulheres inicia mapeamento de experiências de educação com igualdade de gênero*

**[\(ONU Mulheres, 25/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

A educação com igualdade de gênero é o tema destacado pela ONU Mulheres Brasil para este 25 de março, Dia Laranja em solidariedade a mulheres e meninas em situação de violência no mundo. Na semana, a coordenação da iniciativa O Valente não é Violento apresentou à rede pública de educação do estado do Rio Grande do Sul o Currículo Educativo O Valente não é Violento, desenvolvido pela ONU Mulheres, União Eupeia, é uma ferramenta para a construção coletiva de um modelo educacional que responda e apoie a qualificação de professoras e professores nos temas de gênero, raça e etnia.

**#EscolaSemMachismo** - O material foi desenvolvido com base em um protótipo de currículo desenvolvido pela Unesco, abrangendo o ensino médio e o ensino médio integrado à educação profissional de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais aprovados pelo Ministério da Educação. “A educação é fundamental para ampliar as leituras de mundo de estudantes, para que reconheçam os desafios e os valores de suas comunidades, além de prepará-las e prepará-los para o exercício da cidadania e o respeito às diversidades de gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outras”, considera Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil.

**Escola de Desprincesamento** - Em Porto Alegre, a ONU Mulheres fez o mapeamento das experiências do Rio Grande do Sul para a prevenção da violência contra meninas e mulheres por meio da educação. Participou do Seminário Escola de Desprincesamento - Educação sem Machismo, no dia 23 de março, organizado pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, presidida pela deputada estadual Manuela D’Ávila. “Quando nós pensávamos como desprincesar ou como dizer para as mulheres que elas podem ser princesas se assim o quiserem, porque elas podem também ser, só que esse não é o único lugar reservado para elas na nossa sociedade. Como desprincesar? Por que desprincesar? Porque nós, mulheres, precisamos ser livres”, afirmou a parlamentar.



## Seminário Escola de Desprincesamento, promovido pela Assembleia Legislativa do RS

Na abertura do seminário, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Edegar Pretto, membro do Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas HeForShe, apontou: “Nós queremos o desprincesamento e que a mulher possa estar onde ela quiser e fazer o que quiser”, disse ao frisar que os homens aderirem à causa da igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres.

O encontro contou com a participação de 500 pessoas, entre elas professoras e professores da rede de educação. “Quando a gente fala de violência e desigualdade de gênero, a gente fala de uma questão nacional. Não adianta mudar a cultura das meninas e não interferir, modificar a forma dos meninos atuam e se comportam”, assinalou Amanda Lemos, coordenadora da iniciativa O Valente Não é Violento, desenvolvida pela ONU Brasil e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres na campanha UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

**Prevenção da violência nas escolas gaúchas** - Além de participar do seminário, promovido pelo parlamento gaúcho, a ONU Mulheres reuniu-se com a Secretaria de Educação do Estado e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. O secretário de Educação do RS, Luís Antônio Alcoba de Freitas, apresentou à ONU Mulheres o trabalho desenvolvido nas escolas para a prevenção da violência contra no ambiente escolar. No estado, foi criada a CIPAVE (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar), cuja proposta é formar uma comissão interna na escola, para debater as questões que preocupavam a comunidade escolar, tais como a violência e os acidentes envolvendo alunas e alunos.



ONU Mulheres se reúne com o secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Luís Antônio Alcoba de Freitas, para apresentar currículo e planos de aula sobre gênero, raça e etnia no ensino médio, produzidos pela iniciativa O Valente não é Violento da ONU e da Secretaria de Políticas para as Mulheres

As CIPAVEs estão presentes em mais de 2.000 escolas estaduais em diferentes regiões e municípios do Rio Grande do Sul. São ações desenvolvidas: incentivar as escolas a fazerem mapeamentos locais dos problemas ligados à violência, fortalecer as redes de apoio às meninas e meninos vítimas de violência, envolver a comunidade na participação de ações preventivas, fomentar a cultura de paz nas escolas, entre outras. O trabalho das comissões inclui a identificação e atuação em casos de crimes contra os direitos humanos, entre eles a homofobia, o racismo, a xenofobia, entre outros.

Cada conselho é dotado de um corpo administrativo, pedagógico e jurídico, a fim de garantir a melhor aplicação das políticas públicas geridas pela Secretaria de Educação, de acordo com o secretário. O trabalho de prevenção da violência contra meninas nas escolas da CIPAVE inclui ainda uma espécie de rede de apoio às escolas, formada por entidades como: Guarda Municipal, Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, Polícia Federal, Ministério Público, Secretaria da Saúde,

Secretaria de Políticas para as Mulheres, dentre outros.

De acordo com a diretora de Políticas para as Mulheres, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, Salma Farias Valêncio, com o trabalho das CIPAVEs meninas vítimas de abuso, assédio, bullying, entre outras violências sexuais, começam a ver a escola como um espaço para levar e refletir sobre essas questões e para também conhecer as redes de atendimento do entorno.



Salma Farias Valêncio, diretora de Políticas para as Mulheres da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (à esquerda), Cátia Lara Martins, da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do RS, e Amanda Lemos, coordenadora da iniciativa O Valente não é Violento da ONU e da Secretaria de Políticas para as Mulheres

A Secretaria de Educação orienta as CIPAVEs na identificação e no planejamento de ações para a prevenção da violência contra as crianças e adolescentes e realiza, ainda, estudos, coletas de dados, mapeamentos e indicadores, a fim de melhorar a atuação das redes públicas na prevenção.

**Agenda 2030 e ODS 4** - Reconhecendo a natureza unificadora de um dos princípios essenciais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,

adotada pelos Estados-Membros das Nações Unidas, a campanha UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres abordará, ao longo de 2017, o tema geral “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra as mulheres e as meninas”, atingindo as pessoas mais vulneráveis primeiro. O calendário reconhece este compromisso através de cada tema mensal, colocando em destaque as implicações e consequências da violência contra as mulheres e as meninas nos grupos mais marginalizados, incluindo refugiados, migrantes, minorias, povos indígenas e populações afetadas por conflitos e catástrofes naturais, entre outros.

A estratégia global da campanha UNA-SE se alinha ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Dentre as metas, destacam-se: até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade; e até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

---

## **Luiz Roque: O estudo de gênero precisar estar nas escolas**

*Gaúcho veio ao Rio participar de debate na Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage sobre performatividade de gênero*



“Nasci em Cachoeira do Sul (RS), em 1979. Sou formado em Teoria Crítica da Arte na UFRGS. Trabalhei com fotografia, escultura, cinema e direção de arte, mas meu foco é videoarte. E minha questão central é o corpo como performance. Então, também lido com dança e coreografia.”

[\(O Globo, 22/03/2017 - acesse em pdf\)](#)

### **Conte algo que não sei.**

A expectativa de vida de uma travesti é de 30 anos, enquanto a média brasileira ultrapassa 70. O maior índice de homicídio de travestis e transexuais está, proporcionalmente, no Brasil. Ao mesmo tempo, temos o maior índice de busca por vídeos pornográficos envolvendo trans. Existem essas duas tendências: violência e desejo, o que faz sentido. Qualquer tipo de fobia é reflexo de algo reprimido.



“A expectativa de vida de uma travesti é de 30 anos, enquanto a média brasileira ultrapassa 70.”, informou Luiz Roque Foto: Monica Imbuzeiro / Agência O Globo

### **Como você define performatividade de gênero?**

Tem a ver com uma performance social sempre que você sai à rua. Eu, por exemplo, estou de camisa e bermuda. Estou performando ser um homem. É a maneira como você se apresenta. E não necessariamente tem a ver com orientação sexual ou identidade de gênero. Eu, por exemplo, sou um homem

gay, branco e cisgênero, mas tenho a sorte de estar bem resolvido com minha identidade. Para muitas pessoas, não é uma coisa resolvida. Você pode ter barba e querer sair usando brinco e vestido, o que vai causar uma resposta diferente em cada contexto social.

### **A performatividade pode existir como fator puramente político?**

Transexualidade é um tipo de apresentação na sociedade que faz com que você duvide do seu olho, o que não deveria acontecer. Se você vê uma travesti ou transexual, está vendo uma mulher. Por algum detalhe ou por algo que alguém lhe falou antes, você passa a duvidar se a pessoa é realmente uma mulher. Se as pessoas fossem mais visuais, e acreditassem no que vissem, teríamos menos problemas, menos ruídos e menos violência. A performatividade é uma necessidade. Mas, se você se expressa de alguma maneira, não deixa de ser manifestação política. Não há como desvincular uma coisa da outra.

### **Por outro lado, há casos em que uma transexual pode não estar interessada em levantar uma bandeira?**

A transexual é uma pessoa que nasceu num corpo com o qual ela não se identifica. Às vezes, ela só quer outro corpo e tocar sua vida. Pessoas trans também podem ser discretas. É algo tão básico. Aliás, também há pessoas trans conservadoras, que votam em políticos conservadores.

### **Mesmo sendo “tão básico”, há muito preconceito...**

A sociedade está mais preparada para aceitar uma pessoa gay, desde que ela tenha emancipação financeira. A sociedade é conservadora, mas se rende ao dinheiro. É mais difícil aceitar um gay negro e pobre. As pessoas acham que travesti gosta de se prostituir, que nasce com um desejo incessante de sexo e querendo cortar gente com navalha. Enquanto não educarmos as crianças sobre essa realidade, ainda haverá muito bullying.

### **E o que leva uma travesti à prostituição?**

O estudo de gênero precisa ser colocado nas escolas. Se não, é simples o que acontece: uma criança trans vai sofrer um bullying muito pior do que o

que nós sofremos. Talvez ela tenha que abandonar os estudos e até mesmo seja expulsa de casa. Se você não tem apoio da família, quem lhe dará emprego? Por isso, há tantas travestis se prostituindo. É falta de oportunidade.

### **Por que as pessoas têm tanto medo das diferenças?**

Porque não querem perder seus privilégios.

POR FABIANO RISTOW